

# JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condeesa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos  
Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura  
Editor: Paulo Henrique Amorim

## Quem Paga

Economia  
Brasil

Tamanha é a subversão de valores — inclusive financeiros — que há quem chegue ao final do ano com uma indissfarçável sensação de alívio, porque a inflação fechou em 95,2%. Não há dúvida de que foram feitos progressos, de um ano para outro, ao se passar de 110% em 1980 para os 95% de 1981. Não é desprezível derrubar a barreira até psicológica dos 100%, que nos atormentava a imaginação, desde os sombrios tempos de 1964.

Porém, antes que os mais aliviados depositem suas angústias nos entulhos que não se carregam de um ano para o outro, convém ponderar, preliminarmente, que a sociedade brasileira pagou um preço muito alto pela redução da taxa de inflação em 1981. Pela primeira vez desde que se fazem registros confiáveis nesse campo de atividade — ou seja, depois da II Grande Guerra — a economia brasileira foi massacrada por uma taxa de crescimento igual a zero. Para quem exibe a taxa histórica de crescer ao redor dos 7%, não se trata, apenas, de lamentar uma deceção estatística. Houve uma corrosão na produtividade do parque fabril do país; negócios deixaram de ser feitos; investimentos foram adiados; e muitos brasileiros foram jogados na marginalidade do desemprego ou do subemprego. A economia marcou passo, em suma. Ficou onde estava.

Pode até ter sido o melhor entre caminhos péssimos para derrubar a inflação. Mas, se a economia cresceu zero, a inflação deveria ter caído mais. Muito mais.

Porém, não é só esse o motivo para justificar um adiamento, pelo menos até dezembro de 1982, da sensação reconfortante de alívio. O momento ainda está carregado de apreensões. E quanto ao destino da inflação, em 1982.

Vejamos, por exemplo, como se comporta o Governo como administrador. E não cansa repetir que o Governo é e será sempre a maior causa da inflação.

A Previdência é um caso modelar. O Governo não consegue, não sabe ou não quer fazer economia — e quem paga é o contribuinte, empregado ou empregador, pressionando os preços e os custos para cima.

Já está aprovado o Orçamento das empresas estatais para 1982. O crescimento previsto é da ordem de 130% — ou seja, absurdamente acima da inflação estimada, o que significa dizer que elas, mais uma vez (e quando deixarão de ser?) serão um poderoso instrumento de pressão inflacionária.

Todos os brasileiros estão aprendendo com a crise. Todos estão revendo e cortando custos, reorientando os gastos para enfrentar o aperto. A dona-de-casa, o chefe de família, o empresário.

Só quem não aprende com a crise é o Governo — que continua a gastar mais do que

pode e, como fez com a Previdência, quando falta dinheiro lança impostos.

Pelo andar da carruagem, devemos esperar um ano muito difícil no combate à inflação. Ou melhor dizendo, é muito provável que o Governo não consiga realizar ganhos substantivos. Não só porque as estatais continuam operando como se não tivessem ocorrido um, dois, três choques dos preços do petróleo.

Mas, também porque a peça básica do programa governamental para 1982, o Orçamento Monetário, deixa no rastro de seus primeiros números a amarga suspeita de que a tentação eleitoral, como sempre, prevaleceu sobre as considerações racionais e realistas. O Orçamento Monetário é frouxo e complacente com os gastos públicos, para azeitar o eleitorado.

As suspeitas começam com a fixação da meta de 50% para a expansão da base monetária (a diferença entre o que arrecadam e gastam o Banco Central e o Banco do Brasil). Os mesmos 50% foram fixados para 1981, quando o Governo previa que a inflação seria de 100%. Para 1982, está previsto que não ultrapassará 80%. Logo, a expansão da base poderia e deveria ser menor que 50% — se é que deve ser utilizada como instrumento de planejamento, como um objetivo a ser alcançado.

Além disso, já se sabe que o Governo empurrou títulos públicos demais no mercado em 1981 e não poderá usar o open com a tolerância com que utilizou. O mercado não agüenta mais — nem é judicioso ampliar de maneira incontrolável a dívida pública. Os subsídios não foram cortados e os agricultores continuam dispondendo de margens de subsídio no crédito idênticas às obtidas em 1981. Está certo estimular a agricultura, mas, aparentemente, a fixação dos subsídios ao setor rural para 1982 levou mais em consideração “o voto do interior” do que a necessidade de compatibilizar subsídios com seu peso sobre a inflação. Além disso, o programa do Banco Central prevê cortes pequenos para elevação drástica de gastos com o setor rural, a exportação e a energia.

É possível que toda a política esteja alinhada na direção de evitar um novo ano econômico com crescimento zero. O que seria muito saudável se nos fosse poupadão o triste espetáculo — observado desde 1973, com o primeiro choque do petróleo — de sacrificar o combate à inflação em benefício de um crescimento com inflação. Já se conhece o final dessa novela: até se consegue crescer, porém, mais cedo ou mais tarde, se torna necessário segurar a economia, com mais ou menos violência, para que a inflação não venha a corroer — como em 1980 — todos os ganhos obtidos com o crescimento artificial. E, quando o Governo resolve apertar a economia com violência, quem paga o preço mais alto nunca é o Governo — são o cidadão e a economia privada.